

O Ensino Superior e o Acesso por alunos da Escola Pública – um Estudo Qualitativo em Bélem-PA

Autores:

Vera Lúcia Ramos Couto - Mestre em Planejamento em Políticas Públicas

Paulo Cesar de Almeida – Doutor em Saúde Pública – Universidade de São Paulo

RESUMO

Este artigo é extraído da pesquisa documental realizada através do acervo estatístico da Diretoria de Acesso e Avaliação da Universidade do Estado do Pará, baseado nos resultados dos Processos Seletivos alcançados por alunos das escolas públicas de Belém. A análise foi feita na abordagem numérica de acertos e resultados finais dos Processos Seletivos Programa de Ingresso Seriado e processo Seletivo da UEPA. A pesquisa faz uma análise principalmente nos resultados dos Processos Seletivos que apresentam a diferença no número de aprovação de estudantes das escolas particulares em detrimento de alunos das escolas públicas, o que instiga uma reflexão acerca da situação atual do ensino nas escolas públicas e as formas de acesso da Universidade do Estado do Pará através de seus Processos Seletivos. Os dados analisados levam em consideração o conhecimento empírico da pesquisadora, que causa o incomodo e que já fazia parte do planejamento profissional ao longo de anos na vivência nas escolas e complementado pela oportunidade de desenvolver atividade profissional na Diretoria de Acesso e Avaliação da UEPA. O objetivo maior dessa pesquisa é encontrar formas de subsidiar o poder público através das instituições pesquisadas (UEPA e SEDUC) na busca de ações políticas que estimulem a participação dos alunos das escolas públicas nos Processos Seletivos.

Palavras-chave: Acesso, ensino superior e desenvolvimento social.

ABSTRACT

This article is excerpted from the documentary research conducted by the statistical acquis of the Board of Access, and Evaluation University of Pará, based on the results of the Selection Processes achieved by students of public schools in Bethlehem Analysis was performed on the successes and numerical approach final results of the Admissions Program Selection Processes and Case Series of Selective UEPA. The research is primarily an analysis of the results of Selection Processes that show the difference in the approval number of students from private schools over public school students, which prompts a reflection on the current situation of education in public schools and forms of access the University of Pará through its Selection Processes. The data analyzed take into account the empirical knowledge of the researcher, which causes discomfort and that was part of the planning work over the years living in schools and complemented by the opportunity to develop professional activity in the Directorate of Access, and Evaluation UEPA. The main objective of this research is to find ways to subsidize the public through the institutions surveyed (UEPA and SEDUC) actions in pursuit of policies that encourage the participation of public school students in Selection Processes.

Keywords: access, education and social development.

INTRODUÇÃO

O ensino superior e sua história

As mudanças ocorridas no início da instrução secundária atendendo aos objetivos socioeconômicos da época, uma era industrializada, onde as escolas se faziam utilizar de espaços de oficinas, escolas de artes e ofícios na França, no ano de 1825, iniciava uma era que antecedia aos processos de ensino secundário técnico e que anos após estimularia o crescimento da universidade.

A Universidade brasileira teve seu marco histórico no século passado, e trouxe em seu surgimento os resquícios de uma criação fragilizada e marcada pela condição crítica em que sempre esteve a educação brasileira, englobando a universidade pública que surge timidamente em um contexto com grandes divisões sociais.

A educação brasileira perpassa por diferentes estágios em todo seu processo de existência histórica, para acompanhar as profundas mudanças ocorridas pela revolução científica e tecnológica, e nem sempre se obteve a organização política necessária para acompanhar essa revolução, o que faz com que apresente altos e baixos decorrentes das apostas advindas das ações de ensino, que vem desde a Constituição de 1830.

O investimento às universidades brasileiras ainda hoje é muito baixo para o que se necessita como destaca Carlos H. de Brito Cruz,¹ *“a maior parte do investimento anual em ensino superior nos Estados Unidos - em torno de US\$ 120 bilhões - é feito pelo governo. No estado da Califórnia, 13% dos dispêndios do governo estadual (mais de US\$ 7 bilhões anuais) são destinados à educação superior. Também Illinois, Texas, Wisconsin, Washington, Flórida e Ohio têm a mesma política: destinam às universidades entre 11% e 12% de seu orçamento.*

¹ "Universidade pública e desenvolvimento", Carlos H. De Brito Cruz, publicado em Tendências e Debates da *Folha de São Paulo* em 21 de Junho de 2001

São percentuais comparáveis àquele praticado por São Paulo, um dos poucos estados brasileiros a investir adequadamente no ensino superior e na pesquisa científica”.

As últimas décadas foram marcadas por um crescimento acelerado e uma grande transformação econômica, o que requer a preocupação com o desenvolvimento do saber, nas pesquisas científicas e no desenvolvimento tecnológico, para que possa atender não apenas ao mercado, como também as demandas sociais.

O envolvimento direto da educação nos diversos âmbitos como na economia e desenvolvimento social é o que vem sendo pensada nas grandes discussões acerca dessa estratégia política de trabalho voltada a esse nível de ensino, como podemos perceber na base proposta no SINAES:

A importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas tem sido crescentemente reconhecida, não apenas em função do seu valor instrumental para a formação acadêmico – profissional, para as atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social ou pela sua contribuição para a formação ética e cultural mais ampla, mas igualmente em função do lugar estratégico que ocupa nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável².

O desenvolvimento social e sua relação com o Estado, e com outros segmentos da sociedade civil, segundo Augusto Franco (2003) apud (JACKSON,

² Trecho de SINAES - Sistema Nacional de Avaliação Superior – Bases para uma Proposta, MEC, 2003, p.8

2004)³, expõe sobre as três gerações de políticas sociais adotadas pelo Estado, na segunda metade do século passado e perspectivas para o atual milênio. Segundo o autor, a primeira geração corresponde à intervenção centralizada do Estado; a segunda geração, a uma oferta governamental descentralizada na qual, entre outros caracteres se tem:

- O Estado cumprindo ainda um (quase) exclusivo papel protagonista;
- Surge a preocupação com a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e das ações do governo;
- Torna-se o Estado tão necessário quanto insuficiente.

Para fazer uma reflexão cotidiana da situação utilizarei a reportagem de um fato muito bem retratado, publicado na Folha Dirigida de 04 de maio de 2006:

A Constituição Federal afirma que todas as pessoas têm direito ao estudo. No entanto, na prática, nem sempre isso é possível. Isso por que muitos fatores, em sua maioria, financeiros, impedem que alguns estudantes completem seus estudos, principalmente, no que se refere ao ensino superior. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, 87,9% dos alunos matriculados no ensino médio em todo país estão em escolas públicas com estatísticas produzidas a partir dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos participantes do Exame Nacional. Porém, de acordo com as estatísticas produzidas a partir dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos participantes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), os alunos que vieram do ensino médio em escolas públicas representam apenas 46,8% do total de matrículas nas instituições de

³ Maria José Jackson Costa, doutora em Sociologia: docente da PPGCS/UFPA, em palestra proferida no IV Encontro de Administração Superior da UEPA.

educação superior que já passaram pela avaliação. A disparidade é ainda maior de acordo com as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)- 33% dos alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas particulares estão matriculados em universidades privadas, enquanto 52,17% estão em universidades públicas.

Nessa reflexão mais abrangente, precisa que se leve em consideração elementos da estruturação das políticas públicas, como forma de interligação de poderes e conseqüentemente da eficácia apresentada por esta última. De acordo com esta posição, no que concerne à ampliação das políticas sociais e o desenvolvimento da educação, podemos afirmar que partirá dessa ação a verdadeira elevação social e acadêmica da população.

O ensino superior e sua contribuição social

É necessário se pensar no ensino superior como um grande aliado do desenvolvimento social do país, Santos (2005, p.73), analisa que a avaliação crítica do acesso, deve estar pautada o caráter colonial da universidade moderna. *“A universidade não só participou na exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade, uma inferioridade que estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos em nome da prioridade epistemológica concedida a ciência”.*

Partindo da contribuição de Boaventura Santos (2005), acerca do acesso, podemos ter mais certeza daquilo que já afirmávamos antes, quando da pretensão de nossa pesquisa, precisamos ter caminhos opcionais para a decisão de qual seguir, porém, cabe a cada cidadão a decisão, bem como, de cada grupo gestor, das

linhas políticas de desenvolvimento, e ter as indicações e diversas opções para que cada cidadão possa fazer a sua escolha.

Baseado dessa reflexão sobre qual caminho tomar, é necessária uma parceria entre Estado e sociedade, em que o desenvolvimento social não seja separado de outras tarefas do Estado, pois, toda contribuição possível para o desenvolvimento é necessária ao social, e, a avaliação no campo da educação, bem como seu atendimento e evolução, leva a prestação de contas e a eficiência das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

O acesso ao ensino precisa ser o alvo de estudos mais aprofundados e de forma mais específica por pessoas comprometidas em mostrar caminhos, pois, a toda hora são divulgados dados sobre o analfabetismo, sobre a formação de professores, número de estudantes matriculados e dados que julgam serem relevantes para demonstrar sua evolução, enfim, os mais diversos fatores são pesquisados, mas pouco se ouve falar das alternativas de superação dos dados negativos, e ai está o grande desafio, apontar caminhos.

Nem sempre podemos afirmar que o desenvolvimento social está ligado à economia ou vice versa, mas podemos dizer que a educação contribui para o desenvolvimento da economia, visto ser ainda a forma de maior ascensão social nas camadas mais populares.

De acordo com o Censo do IBGE/2007, Belém apresenta a Incidência de pobreza de 40,60%, e esse dado pode não ser o fator determinante, ao número de ingressantes ao nível superior, mas, é necessário aprofundar o estudo sobre a incidência desses números na atuação de políticas públicas.

A história do ensino superior pode ser baseado em interesses específicos e dirigidos para um único objetivo, ou seja, no século XVIII, era para elitizar a igreja,

depois aos componentes da coroa, e assim o ensino superior traz sempre na história o acesso controlado e dirigido apenas a alguns e bem poucos.

O grande aumento na abertura de novos cursos e conseqüentemente de novas vagas para o ensino superior causa um efeito maior de oferta e demanda por estudantes do ensino médio, quer sejam concluintes ou que já concluíram. De acordo com o relatório do MEC:

“Apesar disto o Brasil é um país em que apenas uma pequena elite possui diploma universitário: segundo o IBGE, são 5.8 milhões de pessoas, o que equivale a 6.8% da população com mais de 25 anos. Destes, 59,7% estão concentrados na região sudeste. Os brancos tem quatro vezes mais acesso ao ensino superior, os afro descendentes e indígenas(...) O crescimento na abertura de vagas na educação superior gerou uma redução na relação candidato –vaga nesse nível de ensino (...). Porém a redução na relação candidato-vaga é registrada apenas na rede privada de ensino. Na rede pública, a concorrência é maior (...). O próprio MEC (em relatório de 2002, intitulado a “Geografia da Educação Brasileira”) informa que o aumento da oferta de vagas no sistema de ensino superior público não foi suficiente para reduzir a concorrência. Evidentemente, como são gratuitas e consideradas de melhor qualidade, as instituições públicas atraem um numero cada vez maior de candidatos. E acaba tendo acesso a estas escolas apenas uma elite de alunos que pode investir nos estudos e que foi mais bem preparada nas boas escolas privadas de ensino médio.” (Democratização do acesso ao ensino superior: uma questão relevante para a sociedade brasileira- PRATTEIN- 8/03/2004)

As políticas de ações afirmativas em nosso país merecem atenção e referência especial, mediante as pressões populares pela democratização ao acesso

ao ensino superior, que, mesmo após o lançamento do programa “Universidade para todos” (PROUNI), o qual faz parte do Governo Lula, preconizando uma ação afirmativa baseada em critérios raciais e sócios econômicos (Santos, 2005, p.70), ainda se busca políticas de ingresso que atendam a todos, sem distinção.

No Brasil, a criação dos cursos superiores ocorreu somente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Estes se caracterizam por duas “tendências marcantes: cursos isolados (não universitário) e preocupação basicamente profissionalizante” (Ribeiro, 1981, pág.44, apud MOROSINI, 2005, p.299), e apesar das diversas tentativas de implantação do ensino superior, somente em 1920, surge a primeira universidade, implantada no Rio de Janeiro, voltada às elites e com característica marcante de privatização através do governo federal, e sempre com caráter repressivo, com vistas a garantir a hegemonia portuguesa sobre a colônia (Mattos, 1985).

A educação no Pará: dados comparativos com o país

Em 2006, 14,9 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade eram analfabetos, 4,2% a menos que em 2005. Já 23,6% eram analfabetos funcionais, 1,3 pontos percentuais a menos que em 2005 e o Norte foi a região onde o decréscimo dessa taxa foi mais relevante: 29,7% de 2005 contra 22,7% em 2006.(Síntese de Indicadores sociais 2000- I Conferência Estadual de Educação/2008⁴), através destes dados podemos analisar dados o desenvolvimento político de um estado e para isso levar em conta o perfil educacional dessa população.A Região, focando-se mais especificamente o Pará, percebe-se a consequência da ausência de políticas mais eficazes para a educação.

O Pará apresentou em 2006, um quadro de 2.569,777 matrículas, dentre as quais o equivalente a 42,44% foi ofertado no ensino médio no mesmo ano, sendo

⁴ 1ª Conferência Estadual de Educação - Diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas aprovadas - Belém/Pará 2008

superior inclusive ao ensino fundamental (42,39%), com um PIB de 39.150.460,89, em detrimento de uma taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos em diante de 16,77, dados necessários para se analisar a condição de ascensão social do estado.

Numa época que antecede a reforma educacional, em 1931, a política do ensino secundário era de escolas públicas. O Estado tinha o monopólio sobre o acesso ao ensino superior, mediante os exames “de preparatório” e “de madureza” (Ramos, 2005, p.229). Enquanto na tradição republicana cabia ao estado o controle do ensino secundário, a reforma educacional de Francisco Campos (1931), passa ao Governo Federal o compromisso com esse grau de ensino, e torna-se exigência para o ingresso no ensino superior, tornando cada vez mais elitista.

No momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar espaço na vida econômica e política do país, sequer houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional, independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional (Ramos, 2005, p.230).

Sabendo que uma das alternativas de acessibilidade é o investimento nas universidades públicas, como forma de aumentar o ingresso da população de baixa renda e, por conseguinte, da maioria da população, essa ação deve estar pautada nos planos e projetos que considerem as particularidades e a real necessidade dessa população, não com criação de formas de ingresso, mas, de formas também de permanência na escola, desde a educação básica.

A partir do conhecimento dos dados históricos da região Norte, optamos por dedicar a pesquisa a condição dos estudantes da rede pública do estado e seu acesso aos cursos de graduação da UEPA, que se trata de uma Universidade também pública Estadual, por isso é indispensável o estabelecimento de critérios

que garantam a todos os candidatos, princípios de igualdade de oportunidades de acesso, obrigando que qualquer que seja a forma descrita para o processo seletivo, assegure a equidade de tratamento.

Outro aspecto a ser considerado na determinação legal refere-se à essência do Processo Seletivo quanto a possibilitar ao candidato de demonstrar sua capacidade, a livre concorrência, as vagas e que a classificação estabeleça igualdade de critérios de julgamentos.

De acordo com a legislação é permitido que se conviva com mais de um processo seletivo e fixação de vagas, na UEPA, os candidatos podem optar pelo ⁵PRISE e ⁶PROSEL, porém é preciso assegurar e estimular a participação da maior parte da população estudantil seja ela de qualquer faixa etária, raça ou etnia. É necessário que o acesso aos cursos de graduação da UEPA, esteja contemplado nas políticas públicas estaduais de forma a atender os estudantes do ensino médio e/ou concluintes desse nível de ensino de forma a concorrerem às vagas das Universidades, com vistas a atender a população local, através do conhecimento cultural complementado pelo acadêmico.

O objetivo principal das políticas afirmativas deve ser o de prevenir e compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Neste sentido a concretização se dará com a distribuição de recursos sociais como: acesso ao emprego, à educação de qualidade, à moradia e outros.

No Brasil, verifica-se a existência de iniciativas e medidas que visam preparar, estimular e promover a ampliação da participação dos grupos discriminados nos diversos setores da vida social, especialmente nas áreas de

⁵ PRISE: Programa de Ingresso Seriado - destinado aos alunos do ensino médio que cursam do 1º ao 3º ano.

⁶ PROSEL: Processo Seletivo – Destinado aos alunos concluintes do ensino médio ou que já concluíram.

educação, mercado de trabalho e comunicação. Dentre estas ações podemos citar a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; a Lei 10.558/02, que cria o Programa Diversidade na Universidade; a instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, no âmbito do Ministério da Justiça através do Decreto n. 3.952/01; a adoção do sistema de Cotas e a Lei n. 10.639/03 que estabelece a implantação do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Há outros exemplos na legislação constitucional, porém o essencial aqui é salientar o significado doutrinário e jurisprudencial do Princípio da Igualdade, o de tratar aos iguais de forma igual e aos desiguais de forma desigual na medida das suas desigualdades (MORAES, 2004 p.234).

Muito se discute os projetos, leis e decretos que defendem a inserção de cotas ou qualquer outro tipo de destino de vagas nas universidades brasileiras, como é o caso do projeto de lei 73/99, que determina cotas raciais em todas as universidades federais, o que vem provocando algumas divisões de opiniões públicas.

No Pará, a procura pelas² escolas públicas pode caracterizar o nível econômico da maioria da população, o que não ocorre com a procura pela universidade pública, aqui em questão a Universidade do Estado do Pará, que em seus números apresenta a ausência do estudante da escola pública em seus processos seletivos.

De acordo com o Censo educacional de 2005 (IBGE) o Pará apresenta o maior índice na procura do ensino médio da região Norte, levando-se em consideração as condições econômicas, sociais e geográficas do estado. E para garantir a continuidade dos estudos, necessário se faz a ampliação dos estabelecimentos de ensino, bem como suas matrículas, que muitas vezes ficam ociosas no início ou no decorrer do ano letivo, pela evasão e abandono.

De acordo com a oferta de vagas, e baseada na população etária do estado, percebe-se que a zona urbana, onde se inclui a capital, Belém, detém o maior número de escolas, valendo ressaltar os 142 municípios além de Belém, ou seja, são 411 escolas que atendem o ensino médio na zona urbana, em detrimento de 40 escolas na zona rural, o que demonstram que se na cidade, o ensino médio precisa ser ampliado, na zona rural muito mais. Caracterizando com isso a necessidade do estado ser promotor na busca de políticas públicas que atinjam a população e sua real necessidade.

Não se pode deixar de comentar os resultados obtidos pelos estudantes paraenses que se candidatam ao Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, que de acordo com alguns autores podem não avaliar a escola, mas proporcionam subsídios de reflexão acerca do que se está ensinando e qual desenvolvimento cognitivo aquele estudo está obtendo, de acordo com o INEP, o desempenho dos alunos paraenses no ENEM 2007 variam entre 62,10 e 58,71 nas redes Federal, estadual, municipal e privada.

Diante dos dados estatísticos pesquisados a análise social torna-se indispensável, é necessário que se reflita o que ocorre para que haja tanto abandono, tanta parada “brusca”, no ensino por parte dos alunos, que avaliamos como uma perda. Detectamos através das pesquisas bibliográficas da própria Secretaria de Educação do Estado que a avaliação no ensino médio vem sendo efetivada, mas ainda sem apresentar políticas de ações mais concretas para a continuidade dos estudos e se acontecem não são encontrados registros publicados, não permitindo um estudo mais aprofundado sobre essas políticas.

O acesso ao ensino superior no Pará

Uma das idéias mestras que devem pautar o acesso ao ensino superior em países onde o acesso à universidade pública é ligado aos bloqueios do ensino

básico e médio é “a reforma progressista da universidade, por contraposição à proposta pelo Banco Mundial, que deve dar incentivos a universidade para promover parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico, com as escolas públicas”, como avalia Santos (2005, p. 68).

O estudo, o conhecimento dos fatos através da história e da memória, precisa ter uma relevante importância para que possamos nos mobilizar em prol de algum objetivo, e, as memórias da educação no Brasil trazem em seu bojo o estímulo que precisamos para mobilizar nossas potências e apostas na educação.

Por isso é necessário se retratar o caminho a percorrer até o ensino superior e esse caminho é através da educação básica, que traz números significativos para o estudo realizado, e que antes de se concluir a pesquisa já se formava o incomodo de descobrir a necessidade de transformar essa realidade paraense pois, como vimos anteriormente, é neste estado a maior oferta de matrículas, e propor políticas a partir de dados relevantes, e quais as formas de acesso e permanência na educação básica e o ingresso no ensino superior

No Pará a oferta de cursos superiores vem crescendo de forma rápida, e ganhando adeptos também de forma desenfreada, mesmo correndo-se o risco de abandono, principalmente por se tratar de cursos de instituições particulares de ensino. O contingente de IES em nosso estado apresenta-se em 04 Universidades Públicas, sendo 03 federais e uma estadual, 01 particular, 01 Instituto Federal e um Centro pertencente às Forças Armadas, e cerca de 09 particulares, além de 03 instituições de outros estados instaladas aqui através de alguns cursos em sua maioria através da EAD.

O acesso a UEPA por alunos da escola pública, um objetivo a ser alcançado

A Universidade do Estado do Pará – UEPA nasceu da junção das Faculdades Estaduais existentes e foi criada pela Lei Estadual nº 5.747, de 18 de maio de 1993, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Caracteriza-se como instituição organizada, com autarquia de regime especial e estrutura multi-campi, gozando de autonomia didática, científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. Possui 03 (três) Centros Acadêmicos com atendimento de cursos nas áreas de Educação, Saúde e Tecnologia, onde estão distribuídos 10.500 estudantes.

Nos últimos anos, atendeu ao número de vagas conforme o quadro abaixo, através de seus Processos Seletivos:

Tabela 5- Número de vagas ofertadas na Capital

ÁREA	2007		2008		2009	
	PRISE	PROSEL	PRISE	PROSEL	PRISE	PROSEL
EDUCAÇÃO	724	724	424	424	948	948
SAÚDE	335	335	190	190	360	360
TECNOLOGIA	175	175	80	80	215	215
TOTAL	1234	1234	694	694	1523	1523

Fonte: DAA - Diretoria de Acesso e Avaliação/UEPA

A Universidade do Estado do Pará oferece a população duas formas de ingresso, uma o vestibular tradicional denominado PROSEL, destinado aos alunos concluintes do ensino médio ou que já possuem esse nível de ensino, e a outra forma de ingresso é o Programa de Ingresso Seriado, o PRISE, que atende o aluno em sua séries do ensino médio, também dividido em três etapas é destinados aos alunos do ensino médio de acordo com a série que se encontra, valendo ressaltar que o conteúdo exigido em cada uma das etapas pertence a série em curso, cuja

pontuação é cumulativa ao longo dos três anos, e o candidato só faz a opção de curso em seu terceiro ano de prova, que é acompanhado pelo terceiro e último ano do ensino médio, uma das formas que atende de forma satisfatória aos alunos da esfera pública.

Para trabalhar os dados do acesso à UEPA, necessário se faz o trato com os dados do ensino médio, parte de nossa pesquisa, e que no Pará, mas especificamente na capital, o surgimento de escolas particulares é percebido a cada ano, que algumas vezes se originam de escolas dissipadas que reabrem em nova estrutura, e que na maioria das vezes a preços populares, que provavelmente não conseguem dar o suporte necessário a produção educacional.

Em Belém, apesar do número considerável de escolas particulares estas ainda são minoria, tanto em número de escolas como em número de estudantes, em detrimento da matrícula da escola pública, num comparativo dos anos de 2007, 2008 e 2009, onde os números apresentados trazem a diferença percentual entre 14.3 % e 20.7% aproximadamente a mais de alunos da escola pública para o número de alunos das escolas particulares.

Diante do cenário do ensino médio criamos subsídios para a análise sobre o que esta pesquisa realizou, com relação ao ingresso dos alunos oriundos da escola pública, vejamos os quadros:

Tabela 8 – Ingresso na UEPA de alunos de Escolas Públicas e particulares na cidade de Belém/PA por área -2007

ÁREAS	TOTAL GERAL VAGAS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR	NÃO INFORMA	TOTAL GERAL DE VAGAS PREENCHIDAS	SEM INFORMAÇÃO
TECNOLOGIA	160	26	129	5	160	0

SAÚDE	380	68	306	4	380	0
EDUCAÇÃO	546	174	323	26	523	23
TOTAL	1086	268	758	35	1063	23
%		25%	70%	3%	98%	2%

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação-DAA/UEPA

O total de vagas nas três áreas, Belém, Capital/2007 é de 1.086 vagas. Sendo 25% delas, são ocupadas por alunos de “**Escolas Públicas**”, 35% concluíram o ensino médio em 2006 e 65% concluíram antes de 2006.

Já as “**Escolas Particulares**” ocupam 70% das vagas, sendo que 55% estão ocupadas pelos alunos que concluíram antes do ano de 2006.

Tendo que 3% não informaram o ano de conclusão e/ou escola de conclusão do ensino médio, sendo 5 da área de Tecnologia, 4 da área da saúde e 26 da educação. Apresenta-se também 23 evasões.

Tabela 9 – Índice de Candidatos aprovados na UEPA oriundos de Escolas Públicas e particulares na cidade de Belém/PA –PROSEL/2007

MUNICÍPIO	VAGAS OFERTAS	INSC. ESCOLA PARTICULAR	%	INSC. ESCOLA PÚBLICA	%	INSC. OUTRAS ESCOLAS	%	TOTAL GERAL DE INSCRITOS	%
BELÉ	1.234	15.666	55,1%	12.750	44,9%	0	0	28.416	100%

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA/UEPA

Tabela 10 – Os 10(dez) primeiros cursos mais procurados por alunos de Escola particular –

COLOCAÇÃO	CURSOS	VAGAS OFERTADAS	INSC. ESCOLA PARTICULAR	%	APROVADOS	%
1º	MEDICINA	50	2014	7,09%	38	0,13%
2º	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	50	1311	4,61%	34	0,12%
3º	ENFERMAGEM	50	1120	3,94%	38	0,13%
4º	FISIOTERAPIA	20	1000	3,52%	18	0,06%
5º	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	20	909	3,20%	16	0,06%
6º	ENGENHARIA AMBIENTAL	20	780	2,74%	18	0,06%
7º	DESIGN - HABILIT. EM PROJETO DO PRODUTO	20	717	2,52%	14	0,05%
8º	TERAPIA OCUPACIONAL	20	591	2,08%	13	0,05%
9º	LICENC. EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	20	556	1,96%	16	0,06%
10º	BAC. EM SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGÜE	20	526	1,85%	16	0,06%
TOTAL	—	290	9524	33,52%	221	0,8%

PROSEL /2007

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA/UEPA

Como se pode observar na tabela acima que nos apresenta os 10 (dez) cursos mais procurados na Capital, sendo somente de candidatos de "**Escolas Particulares**", que das 290 vagas oferecidas foram preenchidas 221 por alunos que concluíram o Ensino Médio em "**Escola Particular**", 33,52% representa a percentagem de alunos escritos nesses 10 cursos em relação ao total geral de

inscritos de todos os cursos, e 0,8% representa a percentagem de aprovação desses cursos em relação ao total geral de inscritos.

Tabela 11 – Os 05(cinco) primeiros cursos mais procurados por alunos de Escola pública – PROSEL/2007

COLOCAÇÃO	CURSOS	VAGAS OFERTADAS	INSC. ESCOLA PÚBLICA	%	APROVADOS	%
1º	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	50	882	3,10%	16	0,06%
2º	ENFERMAGEM	50	789	2,78%	12	0,04%
3º	MEDICINA	20	740	2,60%	12	0,04%
4º	FISIOTERAPIA	20	561	1,97%	2	0,01%
5º	ENGENHARIA AMBIENTAL	20	492	1,73%	2	0,01%
TOTAL	—	140	3464	12,19%	44	0,15%

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA/UEPA

Tabela 12 – Os 10(dez) primeiros cursos mais procurados por alunos de Escola particular–PRISE /2007

COLOCAÇÃO	CURSOS	VAGAS OFERTADAS	INSC. ESCOLA PARTICULAR	%	APROVADOS	%
1º	MEDICINA	50	289	4,55%	46	0,72%
2º	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	50	230	3,62%	40	0,63%
3º	ENFERMAGEM	50	196	3,09%	32	0,50%
4º	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	20	191	3,01%	20	0,31%
5º	ENGENHARIA AMBIENTAL	20	175	2,76%	19	0,30%
6º	FISIOTERAPIA	20	157	2,47%	19	0,30%
7º	DESIGN - HABILIT. EM PROJETO DO PRODUTO	20	154	2,43%	18	0,28%
8º	TERAPIA OCUPACIONAL	20	133	2,09%	17	0,27%
9º	BAC. EM SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGÜE	20	122	1,92%	19	0,30%
10º	LICENC. EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	20	117	1,84%	18	0,28%
TOTAL	—	290	1764	27,78%	248	3,9%

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA/UEPA

Como se pode observar na tabela acima que nos apresenta os 05 (cinco) cursos mais procurados na Capital, sendo somente de candidatos de "**Escolas Públicas**", que das 140 vagas ofertadas apenas 44 foram preenchidas por alunos que concluíram o Ensino Médio em "**Escolas Pública**", 12,19% representa a percentagem de alunos escritos nos 05(cinco) cursos em relação ao total de inscritos de todos os cursos e 0,15% representa a percentagem de aprovação desses cursos em relação ao total geral de inscritos.

Como se pode observar na tabela acima que nos apresenta os 10 (dez) cursos mais procurados na Capital, sendo somente de candidatos de "**Escolas Particulares**", que das 290 vagas oferecidas foram preenchidas 248 por alunos que concluíram o Ensino Médio em "**Escola Particular**". E que em Engenharia de Produção as 20 vagas ofertadas foram preenchidas com exclusividade por alunos de "**Escola Particular**", fora Engenharia Ambiental, Fisioterapia e Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue que em cada curso havia 20 vagas e todas essas foram preenchidas com 19 alunos de "**Escola Particular**" em cada curso. 27,78% representa a percentagem de alunos escritos nesses 10 cursos em relação ao total de inscritos de todos os cursos e 3,9% representa a percentagem de aprovação desses cursos em relação ao total geral de inscritos.

Tabela 13 – Os 03(três) primeiros cursos mais procurados por alunos de Escola pública –
PRISE/2007

COLOCAÇÃO	CURSOS	VAGAS OFERTADAS	INSC. ESCOLA PÚBLICA	%	APROVADOS	%
1º	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	50	101	1,59%	6	0,09%
2º	ENFERMAGEM	50	82	1,29%	8	0,13%
3º	ENGENHARIA AMBIENTAL	20	65	1,02%	0	0,00%
TOTAL	—	120	248	3,91%	14	0,22%

FONTE: Dados estatísticos da Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA/UEPA

NOTA	QUANTIDADE	%
9,5	240	0,97%
10,0	280	1,13%
10,5	304	1,23%
11,0	374	1,51%
11,5	418	1,69%
12,0	495	2,00%
12,5	482	1,94%
13,0	535	2,16%
13,5	490	1,98%
14,0	526	2,12%
14,5	538	2,17%
15,0	543	2,19%
15,5	498	2,01%
16,0	526	2,12%
16,5	417	1,62%
17,0	401	1,62%
17,5	390	1,57%
18,0	323	1,30%
18,5	269	1,09%
19,0	297	1,20%

NOTA	QUANTIDADE	%
9,5	224	0,90%
10,0	290	1,17%
10,5	323	1,30%
11,0	352	1,42%
11,5	379	1,53%
12,0	765	3,09%
12,5	773	3,12%
13,0	583	2,35%
13,5	608	2,45%
14,0	630	2,54%
14,5	575	2,32%
15,0	682	2,75%
15,5	652	2,63%
16,0	648	2,61%
16,5	639	2,58%
17,0	631	2,55%
17,5	523	2,11%
18,0	514	2,07%
18,5	433	1,75%
19,0	434	1,75%

19,5	244	0,98%
20,0	178	0,72%
20,5	183	0,74%
21,0	159	0,64%
21,5	104	0,42%
22,0	101	0,41%
22,5	81	0,33%
23,0	67	0,27%
23,5	57	0,23%
24,0	58	0,23%
24,5	43	0,17%
25,0	47	0,19%
25,5	26	0,10%
26,0	24	0,10%
26,5	16	0,06%
27,0	21	0,08%
27,5	8	0,03%
28,0	6	0,02%
28,5	7	0,03%
29,0	3	0,01%
29,5	0	0,00%

19,5	382	1,54%
20,0	331	1,34%
20,5	295	1,19%
21,0	270	1,09%
21,5	206	0,83%
22,0	208	0,84%
22,5	160	0,65%
23,0	143	0,58%
23,5	111	0,45%
24,0	100	0,40%
24,5	93	0,38%
25,0	67	0,27%
25,5	42	0,17%
26,0	65	0,26%
26,5	43	0,17%
27,0	33	0,13%
27,5	27	0,11%
28,0	18	0,07%
28,5	15	0,06%
29,0	14	0,06%
29,5	6	0,02%

30,0	5	0,02%	30,0	6	0,02%
------	---	-------	------	---	-------

Como podemos observar na tabela acima que nos apresenta os 3 (três) cursos mais procurados na Capital, sendo somente de candidatos de "**Escolas Públicas**", que das 120 vagas ofertadas apenas 14 foram preenchidas por alunos que concluíram o Ensino Médio em "**Escolas Pública**". E em Engenharia Ambiental mesmo sendo um dos cursos mais procurados por esses alunos não houve nenhum aprovado. 3,91% representa a percentagem de alunos inscritos nos 3 cursos em relação ao total de inscritos de todos os cursos e 0,22% representa a percentagem de aprovação desses cursos em relação ao total geral de inscritos.

Nos cursos de Licenciatura em Educação Física, Enfermagem e Engenharia Ambiental são cursos que são mais procurados em ambos os tipos de escolas. Como podemos ver Licenciatura em Educação Física tem um total de 50 vagas ofertadas, sendo que 40 vagas são de alunos de "**Escola Particular**" e 6 são de "**Escola Pública**", ou seja, as 4 vagas que "faltam" são de alunos de "**Outras Escolas**". Enfermagem tem um total de 50 vagas ofertadas, sendo 32 vagas preenchidas por alunos de "**Escolas Particulares**" e 8 vagas são de alunos de "**Escolas Públicas**", ou seja, as 10 vagas restantes são de alunos de "**Outras Escolas**". E Engenharia Ambiental tem um total de 20 vagas ofertadas, sendo 19 preenchidas por alunos de "**Escolas Particulares**" e nenhum de "**Escola Pública**", ou seja, uma vaga restante é de aluno de "**Outras Escolas**".

Tabela 15-Comparação das Distribuições de Freqüências de Notas - Escolas Particulares e Escolas Públicas – **REDAÇÃO- PROSEL/2007**

Percentagem das "**Escolas Públicas**" em relação a "**Todas as Escolas**"

Percentagem das "**Escolas Particulares**" em relação a "**Todas as Escolas**"

Fazendo uma comparação da nota mínima (0,0) e da nota máxima (30,0), as "**Escolas Públicas**" está com um percentual de 2,12% notas mínimas em relação a quantidade geral de "**Escolas Públicas**". Já as "**Escolas Particulares**" com um percentual de 1,23% em relação a quantidade geral de "**Escolas Particulares**". Agora em relação as notas mínimas das "**Escolas Públicas**" comparando com a

quantidade geral de "**Todas as Escolas**" está com um percentual de 0,94% e das "**Escolas Particulares**" com 0,71%.

Fazendo outra comparação, agora, das notas máximas. As "**Escolas Públicas**" está com um percentual de 0,05% notas máximas em relação a quantidade geral de "**Escolas Públicas**". Já as "**Escolas Particulares**" com um percentual de 0,04% em relação a quantidade geral de "**Escolas Particulares**". Agora em relação às notas máximas das "**Escolas Públicas**" comparando com a quantidade geral de "**Todas as Escolas**" está com um percentual de 0,02% e das "**Escolas Particulares**" com 0,02%.

Como podemos observar, o percentual das "**Escolas Públicas**" e das "**Escolas Particulares**" tanto da nota máxima quanto da nota mínima estão bem aproximados.

De acordo com os dados estatísticos, o aluno da escola Pública que se submete à seleção nos Processos Seletivos obtêm resultados satisfatórios o que pode ser percebido no percentual de acertos entre alunos das escolas pública e particulares (Tabela nº 15).Necessário se faz a organização de políticas para incentivar a procura pelos Processos Seletivos pelo aluno da Escola pública, que pelo quando se inscreve obtêm percentual de acertos considerável.

A Universidade do Estado do Pará, tem como política de incentivo a utilização do conteúdo programático da Secretaria de Estado de Educação, ou seja, o mesmo da Escola pública, com isso , todo o conteúdo estudado por eles na escola pública estadual faz parte das provas dos Processos Seletivos(PRISE e PROSEL).

Também como incentivo a UEPA utiliza a concessão de isenção da taxa de inscrição dos Processos, estabelecendo critérios que atendem a alunos da rede pública, "(...) Poderá solicitar a isenção da taxa de inscrição ao PROSEL 2010, o candidato que realizou ou que vem realizando todo o Ensino Médio em escola

pública ou como bolsista integral em escola particular e comprovar insuficiência de recursos financeiros para o pagamento da inscrição, mediante o atendimento aos critérios estabelecidos em edital.(...), conforme o Projeto Executivo dos Processos Seletivos , cuja projeção podemos conhecer abaixo:

Tabela 16-Demonstrativo do crescimento das isenções das taxas de inscrição para os Processos Seletivos- PRISE e PROSEL

PROSEL

2006/2007		2007/2008		2008/2009		PROJEÇÃO PARA 2010	
	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)		CUSTOS (R\$)		CUSTOS (R\$)	
INTEGRAL	800 48.000,00	800 48.000,00	800 48.000,00	1200 72.000,00	1200 72.000,00	4.000 240.000,00	4.000 240.000,00
PARCIAL	1500 45.000,00	1500 45.000,00	1500 45.000,00	2800 84.000,00	2800 84.000,00	3.000 90.000,00	3.000 90.000,00
TOTAL	2300 93.000,00	2300 93.000,00	2300 93.000,00	4000 156.000,00	4000 156.000,00	7.000 330.000,00	7.000 330.000,00
CRESCIMENTO = 204%							

Obs.: Em 2009, dos 35.000 Formulários de Solicitação de Isenção distribuídos, foram devolvidos 12.014, dos quais 7.757 estavam aptos a concorrer pelo PROSEL.

Valor da taxa: R\$ 60,00

FONTE: Projeto Executivo dos Processos Seletivos/ 2010-DAA/UEPA

PRISE

2006/2007		2007/2008		2008/2009		PROJEÇÃO PARA 2010		
	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	CUSTOS (R\$)	
INTEGRAL	700	24.500,00	700	24.500,00	1000	35.000,00	1.500	45.000,00
PARCIAL	1000	17.500,00	1000	17.500,00	1000	17.500,00	1.500	26.250,00
TOTAL	1700	42.000,00	1700	42.000,00	2000	52.500,00	3.000	71.250,00
CRESCIMENTO = 76%								

Obs: Em 2009, dos 35.000 Formulários de Solicitação de Isenção distribuídos, foram devolvidos 3.326, dos quais 2.350 estavam aptos a concorrer pelo PRISE.

Valor da taxa: R\$ 35,00

FONTE: Projeto Executivo dos Processos Seletivos/ 2010-DAA/UEPA

O acesso ao ensino superior nas universidades públicas é desafio de grande parte da população estudantil, no estado do Pará que possui apenas 03(três) universidades públicas, torna-se além de desafiador uma grande disputa, e aumenta com isso o mercado de cursos preparatórios, e escolas oferecendo os mais diferentes métodos “milagrosos” de ensino com promessas de aprovação nesses vestibulares.

Quando falamos de investimentos na educação da região que se dá principalmente no ensino médio, é bem notado através do crescimento das matrículas no ensino médio nos últimos 04(quatro anos), que comparados no período de 2002 e 2003 o crescimento era de 3,8% na região Norte, em detrimento de 2,5% da região Sul, assim como de 2004 a 2006, o crescimento médio foi de 10,5%, para -0,1% da região Sul, com a projeção de crescimento de 24,3% de matrículas no ensino médio no Brasil em 2010, segundo os dados estatísticos do MEC/Inep-2007.

Através desses números reforça nossa inquietação na baixa procura pela universidade pelos alunos das escolas públicas, e nos remete a fazer outros questionamentos sobre o falta para que possamos incentivar esses alunos a fazerem parte do censo profissional, econômico e social do país, e com o ensino superior essa demanda será alcançada de forma mais eficaz e segura.

Ressentimo-nos de uma ação mais concreta e continua exercida pela UEPA no que tange ao acesso, porém, podemos citar algumas realizadas pela UEPA, que em nossa avaliação já fazem a diferença, como a isenção das taxas de inscrição, a UEPA através da Diretoria de Acesso e Avaliação executa encontros com as escolas que em muito contribuem para o planejamento dos processos seletivos, como é o caso da Reunião Técnica, realizada sempre no início do ano, e que conta com a presença de grupos gestores das escolas de ensino médio públicas e

particulares onde o principal objetivo é apresentar a análise técnica do último processo, no PRISE e PROCEL e ainda oportunizar as escolas a análise estatística de acertos, para que viabilizem projetos dentro do contexto acesso a universidade.

O Projeto Feira itinerante, realizada também pela Diretoria de Acesso e Avaliação, executado nas próprias escolas através de palestras e feiras, apresentando principalmente os Processos seletivos e orientação profissional, na divulgação dos cursos da UEPA, quando temos a oportunidade de demonstrar aos alunos através de dados numéricos a possibilidade de acesso aos cursos de graduação da universidade.

Além da feira itinerante, a DAA participa da Feira Vocacional que a partir de 2008 vem sendo realizado pela Secretaria de Estado de Educação, ponto alto que vem garantindo a participação das escolas públicas, e que já faz parte do Planejamento orçamentário da SEDUC.

No contexto geral, a UEPA ainda carece da criação de políticas na área da graduação, pesquisa e extensão de ações voltadas para a política de acesso aos cursos de graduação, necessitando para isso a concentração nos estudos até iniciados, mas paralisados sobre políticas afirmativas de acesso, uma vez que não se adotou nem o ENEM nem cotas raciais ou econômicas, mas que se espera que entre nos planos da gestão superior.

A pesquisa realizada traz em seu cerne o retrato da situação educacional brasileira, que nas dificuldades apresentadas ainda expõe um saldo qualitativo em sua aprendizagem, ou seja, os dados numéricos comprovam que se os alunos das escolas públicas se candidatam as vagas dos Processos Seletivos eles apresentam resultados satisfatórios e dependendo do curso e sua demanda é aprovada, mesmo com todos os obstáculos sociais e econômicos que possam enfrentar.

A UEPA, por sua vez vem fazendo um trabalho ainda muito tímido de estímulo quando traz o conteúdo programático de seus processos o mesmo

utilizado pela Secretaria de Educação, quando oferece a isenção da taxa de inscrição aos alunos da rede pública , só necessitando oferecer programas mais abrangentes numa política acadêmica que só vem crescendo, pois apesar de se tratar de uma universidade ainda jovem, mas com uma política de expansão promissora, proporcionará na medida de seu crescimento uma demanda considerável à camada da população mais desprovida de recursos financeiros, e o que considera-se mais importante, para o desenvolvimento do estado.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Vilma. O que pensam os alunos sobre a escola noturna- São Paulo, Cortez, 2004, - (Coleção Questões De Nossa Época; v. 110)

ABRANCHES, Sérgio. O teste da desigualdade. Educação (Sindicato dos Estabelecimento De Ensino no Estado de São Paulo), São Paulo-SP:v 28,n.252,p.20-22,fev. 2002.

AGUILAR, Maria José;ANDER-Egg, Ezequiel Ander, **Avaliação de serviços e programas sociais**. Tradução de Jaime A. Classen e Lúcia Mathilde E. Orth. Rio de Janeiro: Vozes,1994

Brasileiro, 1996.

BACCHETTO, João Galvão. O Vestibular Seriado e Suas Contribuições Para o Aperfeiçoamento do Acesso ao Ensino Superior. Ensaio.: *Avaliação e políticas públicas em educação*, Rio Comprido:v. 12, n. 43,p.77-101,1988.

BARRETO,Francisco Cesar de Sá;SCHWARTZMAN,Jacques, **Ensino Superior No Brasil: Crescimento e Alternativas**, *Educação Brasileira*, Brasília: v: 21,n. 42,p. 11-39,jan/jun,1999.

BASTOS, Maria Helena Camara;STEPHANOU, Maria (orgs) **História e memórias da educação no Brasil**,vol. III: séc. XX / - Petropolis,RJ. Vozes-2005

BISPO,Rogério Gonçalves;BISPO,Laise Alves Do Carmo.A **Inconstitucionalidade Do Sistema De Reserva De Cotas Nas Instituições Públicas De Ensino Superior**. *Revista Acadêmica UNIFAN*. Aparecida de Goiânia. V:2, n. 1,p.9-12. Jan/Jun.,2005.

BORGES,José Leopoldino Das Graças;CARNIELLE,Beatrice Laura. **Educação e estratificação social no acesso à universidade pública**. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo:v. 35,nç 124,p.113-139,jan./abr.,2005

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez

Constituição Federal do Brasil – Brasília - DF

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Editora, 2^a edição, 1995.

GIL, Antônio. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.

In:Revi2 ϵ de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96 – Brasília - DF

Parecer nº 98/99 – CNE.

MANACORDA, Mario Alighiero.

História da educação: da antiguidade aos nossos dias/ Mario Alighiero Manacorda;tradução de Gaetano Lo Mônaco:revisão técnica da tradução e revisão geral Paolo Nosella-13 ed.-São Paulo:Cortez,2010

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e Política no Brasil de Hoje- 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2005, (Coleção Questões de Nossa Época); v.36.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, 2001

Portaria nº 391/MEC de 07.02.2002

Resolução nº 604/97 – CEE – 24/11/1997.

ROMÃO, José Eustáquio ; SANTOS, José Eduardo de Oliveira. (coord.) **Questões do século XXI** – Ed. Especial- São Paulo- Cortez 2003 (Coleção Questões De Nossa Época ; v 100)

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 2.ed. Rio

SANTOS, Boaventura de Sousa. Universidade do século XXI: Para Uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. – 2 ed. – São Paulo-Cortez, 2005 (Coleção Questões De Nossa Época ; v 120)

SOUZA, Edgar Bastos de. Gestão Municipal e desenvolvimento local integrado e sustentável/Edgar Bastos de Souza-Brasília:Comunidade Solidária,1998

SOUZA, Paulo Nathanael P., Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro, Pioneira Ciências Sociais

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. CEJUP. Belém, 1999.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Coord.). Administração de projetos comunitários. Abordagem prática. . São Paulo: Loyola. 1999.

UEPA: o olhar avaliativo da sociedade paraense:avaliação externa dos cursos de graduação/Bárbara Vieira Guedes, Icléia Nina, organizadoras- Belém IOEPA, 2005,200 p.:il:21 cm-cadernos de avaliação v.1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.relatório Anual de Gestão. Belém,2005

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2014, Belém, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.Estatuto e Regimento Geral.Belém,2000

VEIGA,Sandra Mayrink, BOCAJUVA,Pedro Cláudio Cunca (orgs) **Afinal, que país é este ?** - 2 ed. – Rio de Janeiro; DP&A editora 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em:

<<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bel%C3%A9m&oldid=15098575>>.

Acesso em: 4 maio 2009.

RESUMO

Este é um estudo sobre as políticas públicas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, buscando compreender seus avanços e dificuldades, pois nos últimos anos a discussão sobre essa temática chegou ao ensino superior e gerou mudanças de paradigmas nas instituições de ensino superior. Inicialmente, relata a trajetória do ensino superior no Brasil, sua estrutura e a forma de acesso a ele. Mostra, também, o percurso histórico da Educação Especial, da segregação às tentativas atuais de inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino. Apresenta os aspectos legais da inclusão. A legislação constitui uma ação política de acesso e democratização do ensino superior e deve estar em consonância com os princípios constitucionais na garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Porém, não é suficiente para assegurar esse acesso e, conseqüentemente, a permanência desses alunos na

universidade. O objetivo geral da presente dissertação tem por escopo identificar as políticas públicas de inclusão e permanência de alunos com NEE's na UEPA. Para alcançar o objetivo proposto, foi adotada a pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com discentes, docentes e técnicos da UEPA e, em seguida, realização de análise da visão dos discentes, docentes e técnicos envolvidos nesse processo. O resultado do estudo evidenciou que a UEPA, em sua experiência nesse processo, obteve grandes conquistas e, ainda, revela o que há a ser feito, conforme a visão dos sujeitos participantes desse processo.

Palavras-chaves: Políticas públicas de inclusão; Educação inclusiva; Pessoas com necessidades educacionais especiais

ABSTRACT

This is a study on public politics of inclusion of students with special educational needs in higher education, trying to understand its advances and difficulties, therefore, nowadays, this theme has been debated in higher education and has provoked changes of paradigms in higher superior institutions. Initially, it describes the trajectory of higher education in Brazil, its structure and the form of access. It also mentions historical journey of Special Education, from segregation to current attempts of inclusion of students with special educational needs in regular system of education. It presents the legal aspects of inclusion. The legislation constitutes a politics action of access and democratization of higher education and it must be in accord with constitutional principles in warranting rights of people with special needs. However, it is not enough to assure this access and the permanence of these students in the university. The main goal of this research is to identify public

politics of inclusion and permanence of students with special educational needs at UEPA. To reach our goal, we applied a qualitative research using interviews with students, professors and technician from UEPA and, after that, the accomplishment of analysis of data according to student, professor and technician vision involved in this process was adopted. The result of this study evidenced the University of State of Pará, in its experience on this process, has gotten great conquests and, still, discloses what it must have to be done, according to the vision of participants in this process.

Keywords: Word-keys: Public politics of inclusion; Inclusive education; People with special educational needs.

INTRODUÇÃO

As universidades, pelo importante papel que exercem na transmissão e produção de saberes e conhecimentos, são constantemente evocadas pela sociedade para contribuir e acompanhar as mudanças da vida e das relações humanas, frutos da transformação de conceitos que regem nossa vida em sociedade. Isso requer das IES e profissionais do ensino superior constantes atualizações no intuito de acompanhar tanto os avanços de suas áreas de conhecimento, quanto das demandas sociais que surgem em virtude da busca pelo conhecimento. Todos querem tê-lo, participar da disputa por ele, isto é, todos querem usufruir do que a obtenção do conhecimento pode propiciar.

Estamos vivenciando um novo contexto social, no qual um novo paradigma se configura, resultante de uma nova mentalidade que passo a passo está ganhando vez por ser coerente com os anseios e desejos humanos por liberdade e igualdade.

A educação não está alijada dessas mudanças paradigmáticas, visto que ela está inserida e age sobre o contexto social.

Essa nova concepção chama a atenção das universidades para atualizarem suas finalidades e funções, a fim de disponibilizar espaços de amplo acesso a todas as pessoas sem discriminação. As IES, como difusoras de conhecimento, devem estar sempre atentas demandas que surgem para apropriação desses saberes, os quais se modificam conforme as necessidades em cada tempo. À construção do conhecimento acadêmico, houve a agregação de outra dimensão, a qual considera o sujeito como ser participativo e ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Discentes que apresentam limitações físicas oriundas de deficiências motoras ou sensoriais, requerem das instituições de ensino superior, assim como de seus profissionais, uma visão diferente cujo princípio seja a transmissão de conhecimentos a “todos”, mesmo que para atingir esse objetivo se considerem despreparadas e desafiadas, ou inclusive não creiam totalmente no sucesso desses alunos. Para isso, as políticas de inclusão tem papel primordial, visto que elas possibilitam as IES mudarem seus conceitos e concepções por intermédio do convívio real com esses alunos, e assim ultrapassar as barreiras de incredulidade na capacidade intelectual de tais alunos.

A inclusão é capacidade de aceitação das diferenças e diversidades de cada pessoa, a fim de garantir acesso igual às oportunidades, principalmente no campo da educação. A inclusão vai além do acesso ao ensino superior pois envolve a permanência e o sucesso de ensino-aprendizagem.

As instituições de ensino de modo geral sempre tiveram como marca a exclusão de alguns e a inclusão de outros, porém, nas últimas décadas isso deixou de ser considerado natural para ser considerado um problema, ou melhor, um desafio, pois, ao longo da existência humana sempre houve classificação, que resultava na inclusão ou exclusão dos sujeitos.

A pesquisa analisou o contexto educacional no Brasil no que concerne às políticas públicas para inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, cujo campo de investigação foi a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a fim de verificarmos se essas políticas de inclusão não estão sendo um processo que poderia ser caracterizado como “inclusão excludente”, no qual os discentes entram pela “porta de entrada” (pelo vestibular ou outro processo seletivo), contudo, uma vez lá dentro, pouco ou nada se tem para oferecer; ou, na realidade, encontramos uma instituição em condições de acolher diferentes culturas e identidades, assim como pessoas que diferem do modelo de “normalidade” que nos foi repassado social e historicamente.

O presente estudo aborda as políticas públicas e a experiência da Universidade do Estado do Pará na inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

A Constituição Federal garante o direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais e todos os cidadãos. Essa garantia de uma educação com qualidade a todos exige uma nova postura da instituição educacional não apenas no que se refere à aceitação, mas inclusive na valorização das diferenças, a fim de fortalecer a identidade individual e coletiva. A IES pesquisada tem procurado se preparar cada vez mais para enfrentar o desafio de ofertar uma educação inclusiva e, acima de tudo, de qualidade para seu corpo discente. Não perdendo de vista que cada estudante tem características próprias que os tornam únicos e especiais, no sentido pleno desta palavra. O maior desafio da UEPA, atualmente, é trabalhar com essas diversidades na tentativa de colocar em prática um novo conceito do processo de ensino-aprendizagem, o qual não apresente caráter de segregação, como foi durante muito tempo na história educacional de nosso país; mas, sim, apresente um caráter de inclusão para todos que nele, por direito, são sujeitos ativos e participativos.

1. O Ensino Superior no Brasil: breve percurso histórico

A primeira instituição de ensino superior a ser criada, no Brasil, com a denominação de Universidade surgiu em Manaus, capital do Amazonas, em 1909. Sua existência foi abreviada em consequência do fim da chamada “Era da prosperidade econômica” ocorrida na Região Amazônica com a exploração da borracha. Em 1912, no Paraná, ocorreu mais uma tentativa de criação de uma universidade, surge, então, outra universidade brasileira, porém, ela teve vida curta, durou apenas três anos.

Nas décadas de 50 e 60, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores, entretanto, em sua maioria eles não estavam qualificados. Assim, adotou-se medidas para equivaler os cursos profissionalizantes a cursos secundários a fim de possibilitar a progressão no sistema educacional. Com isso, o ensino médio sofreu uma expansão e, em consequência, o aumento da demanda pelo ensino superior. Cunha (2000) ainda afirma que, para atender a essa nova demanda, o Governo Federal buscou fazê-la de três maneiras: 1) criação de faculdades ou universidades públicas onde não existiam ou onde só havia IES privadas; 2) gratuidade nos cursos das IES federais, apesar de a legislação prevê a cobrança de taxas; 3) “federalização” das IES estaduais e privadas, reunidas em universidades custeadas e controladas pelo MEC.

Na década de 70, os cursos de pós-graduação tiveram um grande impulso em seu desenvolvimento, assim como se acentuaram as possibilidades de realização de cursos de pós-graduação no exterior, visando à capacitação avançada do corpo docente das IES brasileiras, principalmente, nas universidades federais.

Nas décadas de 80 e 90, o número de universidades particulares no Brasil cresceu como nunca antes na história de nosso país. Em contrapartida, na última década, o Governo Federal, assim como vários governos estaduais, tem buscado ampliar a oferta de ensino superior para além das capitais estaduais, a chamada interiorização do ensino superior.

Teixeira (2008) nos revela que, no início e durante muito tempo, as universidades tinham apenas a preocupação de transformar o aluno em um trabalhador capacitado e inseri-lo no mercado de trabalho, sem se preocupar com a

pesquisa e pós-graduação, isto é, não tornar esse profissional um profissional pesquisador. Isso também era decorrente da não busca por uma melhor capacitação dos professores das IES. Contudo, essa perspectiva dos próprios professores, a busca tanto por parte dos docentes como das instituições para atualização de conhecimento, a fim de tornar-se pesquisador e produtor de conhecimentos.

2. Educação inclusiva no Brasil

Faz-se necessário tratarmos do uso da nomenclatura “pessoas com necessidades especiais ou pessoas com necessidades educacionais especiais”.

a palavra excepcionais, muito empregada no passado, foi substituída por expressões consideradas mais adequadas. Pessoas portadoras de deficiência que popularizou-se na década de 80, hoje vem sendo criticada e substituída por pessoas com necessidades especiais ou pessoas com necessidade educacionais especiais, ou ainda poderia ser específicas. (Stobäus et Mosquera 2004, p.18)

Um aluno com necessidades educacionais especiais, segundo Stobäus e Mosquera (2004), é aquele que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade e ou nível de ensino. Percebemos, assim, que o conceito de necessidades educacionais especiais está relacionado à dificuldade de aprendizagem e aos recursos educacionais necessários a fim de atender ao aluno com essas necessidades, possibilitando seu aprendizado com sucesso.

No século XIX, foram criadas algumas instituições para atender aos indivíduos com necessidades especiais, que na época ainda eram denominados “deficientes”. O atendimento era voltado para cegos, surdos, “deficientes mentais” e “deficientes físicos”.

Segundo Mendes (2006), na década de 50, houve um aumento no número de instituições de ensino especial, principalmente, públicas. Nesse período, aconteceu a expansão de escolarização para as classes mais populares e a instituição de classes especiais para os alunos que apresentavam casos leves de deficiência mental.

Na década de 80, acontecem diversos movimentos pelo direito de todos à educação. O Governo Federal, em 1985, instituiu um comitê com o objetivo de planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações para tratar as questões relacionadas aos portadores de deficiência. No ano seguinte, criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, grupos historicamente excluídos, dentre eles, as pessoas com necessidades especiais, ganham força visibilidade social.

3. O desafio da inclusão

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior, muitas vezes, torna-se uma questão complexa, pois é importante tomar cuidado para não termos apenas uma visão protecionista e paternalista a fim de justificar o direito de acesso desse grupo de pessoas a esse nível de ensino. Essa inclusão não pode se desvincular do contexto histórico da educação superior brasileira. Em nosso país, inicialmente o ensino superior era destinado somente à elite que apresentava condições financeiras para arcar com os custos dessa formação. Apesar da criação das primeiras universidades públicas e gratuitas, somente a elite, durante muito tempo, conseguia acesso ao ensino superior. A expansão do capitalismo industrial propiciou a ampliação de acesso do ensino

superior a outras classes sociais como forma de qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Democratizar o acesso ao ensino superior não deve ser ato paternalista; mas sim um ato que respeite verdadeiramente as diferenças, não um ato que facilite condições de acesso a um grupo determinado de pessoas, pois somos conhecedores que, no Brasil, ainda não há vagas suficientes no ensino superior para todos que possuem nível de escolaridade para ingressar nele; mas oferecer condições de igualdade a todos para concorrem livremente a uma vaga nesse nível de ensino.

Segundo Macebo (2004, p. 19), na última década, no Brasil, ocorreu uma expressiva expansão do ensino superior, porém, a carência desse nível de ensino ainda não foi totalmente atendida, assim como a universalização e a democratização do ensino superior brasileiro estão em fase de desenvolvimento.

Pinto (2004), declara que a forma de seleção menos rígida e menos concorrida nas IES privadas tem sido um fator preponderante para que a maior parte das pessoas com necessidades especiais realize seus cursos de nível superior em instituições privadas, além, é claro, de pessoas da classe média e trabalhadores oriundos de escolas públicas, que em sua maioria não apresentam condições para investirem cursos preparatórios para o exame vestibular a fim de ingressarem nas IES públicas, as quais são extremamente concorridas e, conseqüentemente, o acesso a elas é difícil.

Segundo Amaral (1998), pela visão sócioantropológica, para a qual a deficiência é apenas uma diferença, isto é, a deficiência não limita o sujeito, mas somente o diferencia de outras pessoas na maneira de realizar uma mesma atividade. Dessa forma, o sujeito pode direcionar sua potencialidade e não ficar preso aos limites impostos pela deficiência que apresenta.

O processo de inclusão é, portanto, resultante da interação entre os fatores individuais e os referentes às peculiaridades do meio, que se manifestam em diferentes graus de acolhimento. Ou seja,

a inclusão tem características dinâmicas resultantes da influência mútua de inúmeros fatores individuais e ambientais, facilitadores ou não da participação de pessoas com deficiência numa dimensão de inclusão/integração. (...) A presença de pessoas com deficiência na Universidade é, pois, um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social (AMARAL, 1998, p.3)

4. Inclusão educacional, também inclusão social

A reflexão sobre inclusão educacional e inclusão social implica buscar o conceito de “inclusão” que, segundo Mantoan (1997), significa “estar com”. “viver com outro, em outras palavras significa sair da condição excludente em que se encontra, é cuidar uns dos outros, é envolver toda a comunidade na construção de uma nova realidade, de novos conceitos sociais e educacionais.

Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades – como companheiros e como membros. (MANTOAN, 1997, p.137)

A inclusão de pessoas com necessidades especiais em todos os setores da sociedade, principalmente, na educação e no mercado de trabalho, é um processo que está ocorrendo mundialmente. No Brasil, não é diferente. Claro que ainda há muito para se fazer, mas podemos perceber um avanço no que concerne à inclusão. Na atualidade, há muito mais pessoas com necessidades especiais se destacando em diferentes áreas: no esporte, na literatura, na música, e tantas outras. Isso revela que sociedade começou a prestar atenção na existência dessas pessoas, e a se preocupar e se organizar para acolhê-las. Por outro lado, esse grupo de pessoas se mostra cada vez mais, reivindicando espaço e direitos como cidadãos. Contudo, se todos os cidadãos têm seus direitos assegurados por dispositivos legais, seria realmente necessário a criação de legislação própria para a educação especial?

Segundo Ferreira (1993, p. 36)

A legislação de ensino “especial” apresenta uma contradição peculiar: de um lado está o convencionamento de que a criação de legislação específica para pessoas deficientes pode resultar em aumento da segregação e estigmatização dos indivíduos; de outro lado está a crença de que a referência legal é um patamar mínimo para assegurar o atendimento de direitos básicos dos deficientes, inclusive na área de educação.

A educação inclusiva no Brasil é respaldada por diversos documentos legais, os quais constituem diferentes níveis de ação. Esses documentos são elementos de apoio importantes a fim de valorizar a diversidade.

Devemos ressaltar que a nomenclatura de pessoas com necessidades especiais é muito recente. Na maioria dos documentos é usado o termo “deficiente” ou “pessoa com deficiência”. Essa mudança de definição é resultado de reivindicação das próprias pessoas com necessidades especiais, que não se consideram deficientes ou portadores de deficiência.

A Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foi um grande avanço para sociedade no que concerne a democracia de direito. Ela inclui crianças e adolescentes como cidadão na sociedade e não mais como meros membros que necessitem ser protegidos por ela. Para eles, a formação escolar passa a ser um direito e não uma concessão por parte do Estado.

A Declaração de Salamanca tem por finalidade “promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais”.

A LDB de 1996 determina, no artigo 4º, inciso III, a inserção de estudantes com necessidades especiais na escola comum. A mesma lei em seu capítulo V, artigo 58, define a educação especial como "modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais", isso ocorrendo desde a educação infantil. Esse capítulo ainda estabelece que haja, quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, a fim de atender às peculiaridades desse educando, e quando não houver possibilidade de sua integração nas classes comuns, o educando receberá a educação em classes, escolas ou serviços especializados.

4. O Ensino Superior no Pará

O ensino superior no Pará teve seu início na segunda metade do século XIX, bastante similar à origem do ensino superior nos demais estados da federação, com a criação de escolas e faculdades isoladas cujo objetivo era formar mão-de-obra qualificada para atender um determinado mercado de trabalho.

Em 18 de maio de 1993, por intermédio da Lei Estadual nº 5.747, é criada oficialmente a Universidade do Estado do Pará – UEPA, com sede em Belém, autorizada a funcionar pelo Decreto Presidencial de 5 de abril de 1994. Surgia a mais nova instituição de ensino superior de nosso Estado, na qual foram consolidadas as faculdades e cursos isolados.

A Universidade do Estado do Pará está inserida no contexto regional, mas com vista aos avanços do saber universal. Busca responder satisfatoriamente às necessidades e ultrapassar as barreiras impostas pela realidade local por meio da ciência, da tecnologia e da cultura, expandindo seu campo de ação para atender às demandas amazônicas.

Para ter acesso a um dos cursos de graduação da UEPA é necessário submeter-se a um de seus processos seletivos: PROSEL ou PRISE.

Processo Seletivo - PROSEL

O PROSEL, tradicional “vestibular”, é destinado somente a candidatos que concluíram ou que irão concluir a 3ª série do Ensino Médio até o período de matrícula da UEPA, para o ano letivo ao qual estão prestando o concurso. Acontece em três etapas consecutivas num único ano, e o candidato obrigatoriamente deverá realizar todas elas. O candidato que faltar a qualquer uma das etapas é automaticamente eliminado e terá que se submeter, no ano seguinte, a um novo Processo Seletivo.

Programa de Ingresso Seriado - PRISE

O PRISE foi implantado em 1997. A primeira turma, que ingressou na Universidade em 1999, concorreu a 30% das vagas oferecidas em cada curso. Hoje, os candidatos inscritos no PRISE concorrem a 50% das vagas de cada curso oferecido pela instituição. Esta modalidade de ingresso permite minimizar o impacto da passagem de Ensino Médio para o Ensino Superior, apoiando-se na integração dos dois níveis de ensino, ampliando assim o processo seletivo dos candidatos a calouros da UEPA.

Quanto aos candidatos com necessidades educacionais especiais, a UEPA, em conformidade com a Lei Estadual nº 6.988, de 2 de julho de 2007, que estabeleceu o direito de inscrição em concursos públicos a candidatos portadores de deficiência ou necessidades especiais com isenção de pagamento da respectiva taxa de inscrição, oferece isenção de taxa de inscrição a esses candidatos que desejam participar em uma de suas modalidades de acesso, com a solicitação e apresentação de documento de identificação, correspondentes às devidas instituições as quais são ligados.

O atendimento aos candidatos com necessidades especiais ocorre desde o ato das inscrições, com atendimento individualizado realizado pela Assessoria Pedagógica da Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA. Para a realização das provas do PROSEL e PRISE são executadas várias ações pela Assessoria Pedagógica da Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA, para que esses candidatos tenham possibilidade de realizarem suas provas com êxito como:

tradutores/interpretes de língua de sinais; ampliação de provas, provas em BRAILE, descrição de gráficos; preparação de computadores para utilização do SISTEMA DOSVOX (sistema criado para atender as necessidades de pessoas com deficiência visual no uso do computador).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia para realização da pesquisa, escolhemos o Estudo de Caso, pois este é um dos tipos de pesquisa qualitativa que vem conquistando crescente aceitação na área da educação. É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Segundo Trivinos (1987, p. 19), visa conhecer, no estudo de caso, o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. Nossa pesquisa teve como objetivo principal identificar se a Universidade do Estado do Pará possui uma política de inclusão voltada para os alunos com necessidade educacionais especiais, permitindo o acesso e permanência com sucesso desses alunos no ensino superior.

Para a coleta de dados, foi feita uma pesquisa de campo com enfoque qualitativo, com caráter exploratório que deu aos entrevistados possibilidade de se posicionarem livre e espontaneamente sobre o que foi abordado na entrevista.

Fizemos escolha pela pesquisa qualitativa pela possibilidade que se tem de trabalhar com um leque de valores, significados, lembranças e motivações intrínsecas dos sujeitos participantes. A análise dos dados permite descrever e interpretar seu conteúdo tendo presente a particularidade de cada palavra dita ou escrita.

Devido à estrutura multi-campi da Universidade do Estado do Pará, assim como as dimensões continentais do Estado do Pará, decidimos, como local de pesquisa, pelos campi localizados na capital do Estado, Belém.

A seleção dos participantes foi realizada a partir do levantamento de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Universidade do Estado do Pará, que ingressaram no período de 2007 a 2010, nos cursos oferecidos nos campi de Belém, capital do Estado do Pará. Assim como o de professores que já haviam exercido a docência com esses alunos, e dos assessores pedagógicos, especialistas em educação inclusiva, que acompanham os alunos e auxiliam os docentes no processo ensino-aprendizagem, a fim de propiciar a inclusão e permanência com sucesso desses discentes nos cursos escolhidos por eles.

Considerando-se o universo de apenas 4 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, no período selecionado, decidimos convidar todos para participar. Os alunos foram denominados de A1, A2, A3 e A4. Ainda, foram utilizados como critérios complementares: a) estar matriculado e cursando um dos cursos de graduação da UEPA; b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa.

Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na UEPA no período de 2007 a 2010, na capital, selecionados para a entrevista

Nome	Curso	Déficit	Sexo	Semestre
A1	Licenciatura em Música	Visual (usa bengala)	Masculino	4º
A2	Licenciatura em Música	Visual (usa bengala)	Masculino	4º
A3	Terapia	Visual (usa bengala)	Feminino	6º

	Ocupacional			
A4	Pedagogia	Auditivo (usa aparelho)	Feminino	4º

Fonte: Direção de Controle Acadêmico – DCA/UEPA

Com relação aos docentes, estabeleceu-se os seguintes critérios: a) ter interagido com os alunos, mesmo que por um semestre, durante a formação por meio da docência em uma das disciplinas do currículo do curso; e b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa. Foram convidados 3 professores, um de cada curso, denominados de P1, P2 e P3.

Abaixo, o quadro apresenta o perfil dos docentes participantes:

Docente	Curso	Formação	Tempo de docência na IES	Sexo
P1	Licenciatura em Música	Graduação: Lic. em Música Mestrado: Música	16 anos	F
P2	Terapia Ocupacional	Graduação: Terapia Ocupacional Mestrado: Educação	10 anos	F
P3	Pedagogia	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	22 anos	F

Fonte: DGP/UEPA

Quanto aos assessores pedagógico, especialistas em educação inclusiva, , estabeleceu-se os mesmos critérios que para os docentes: a) ter interagido com os alunos, mesmo que por um semestre, durante o curso, no auxílio e

acompanhamento desses discentes e professores; e b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa. Foram convidados 3 assessores pedagógicos, denominados de T1, T2 e T3.

A seguir, o quadro apresenta o perfil dos assessores participantes:

Assessor	Formação	Tempo de exercício na IES	Sexo	Especilidade de atendimento
T1	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	09 anos	F	Braille e alunos com baixa visão
T2	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	02 anos	F	Intérprete de LIBRAS
T3	Graduação: Letras Especialização: Educação Inclusiva	06 meses	F	Braile e alunos com baixa visão

Fonte: CAOP/UEPA

As entrevistas, embora orientadas por um roteiro estruturado, permitiram aos participantes discorrerem sobre cada um dos itens sem que lhes fosse tolhida a liberdade de falar sobre outros aspectos implicados aos temas das questões propostas.

A análise dos dados coletados com os participantes da pesquisa foram analisados e interpretados, procurando-se observar a coerência das falas dos participantes e buscar conhecer o que “está por trás das palavras”, a fim de verificar o que significam para a pesquisa realizada. Nesse sentido, os dados são importantes

por si mesmos porque proporcionam respostas às investigações, nesse sentido, dando subsídios aos objetivos do trabalho.

RESULTADOS DA PESQUISA

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis de ensino é dificultada por vários aspectos, dentre eles se destacam: deficiência concebida como doença; ver os PNEs como um problema que a escola não está preparada para enfrentar; a falta de capacitação que causa medo e insegurança aos professores; condições inadequadas de trabalho e falta de estrutura; centrar a deficiência ao invés do aluno. Segundo Teixeira (2008, p. 29), nosso sistema escolar supervaloriza o desenvolvimento cognitivo e a forte tendência de associar aparência física à competência, o que contribui para a exclusão e a discriminação.

De acordo com Michels (2006, p. 12), mudanças são necessárias para avançarmos no processo de inclusão como a reorganização escolar direcionada pelo flexibilização, alterações no currículo e na de avaliação. Além é claro da formação continuada dos docentes. As reformas no aspecto arquitetônico, com a devida sinalização no ambiente escolar, são essenciais para a inclusão. Acima de tudo, para construção de uma verdadeira escola inclusiva, faz-se necessária a transformação da concepção de deficiência adotada pelos profissionais envolvidos nesse processo, o que, também, refletirá no sucesso ou fracasso do aluno.

A Universidade do Estado do Pará tem conquistado prestígio perante a comunidade. Nos últimos anos, com todas as ações adotadas por ela para permitir o acesso de alunos NEE's ao ensino superior, contribuiu para o aumento no número de candidatos com NEE's em seus processos seletivos.

O quadro a seguir mostra esse crescimento no período englobado pela pesquisa.

Número de candidatos com necessidades educacionais especiais que participaram dos Processos Seletivos (PROSEL e PRISE) nos anos de 2007 a 2010.

(Capital)

ENTRADA/ANO	PROCESSO	Nº DE CANDIDATOS	TOTAL
2007	PROSEL	08	21
	PRISE	13	
2008	PROSEL	23	36
	PRISE	13	
2009	PROSEL	31	42
	PRISE	11	
2010	PROSEL	28	40
	PRISE	12	

Fonte: DAA/UEPA

Apesar do aumento do número desses candidatos nos processos seletivos da UEPA, a quantidade de candidatos com NEE's que obtiveram aprovação ainda é reduzido se comparado com o total de candidatos.

Número de candidatos com necessidades educacionais especiais aprovados nos Processos Seletivos e matriculados na UEPA, nos anos de 2007 a 2010, destacando-se o curso, o processo seletivo e o tipo de deficiência.

Capital

ENTRADA/ANO	CURSO	PROCESSO	Nº DE CANDIDATOS	DEFICIÊNCIA
2007	Não houve candidatos com necessidades educacionais especiais			

	aprovados na Capital			
2008	Terapia Ocupacional	PROSEL	01	Visual
2009	Licenciatura em Música	PROSEL	02	Visual
	Licenciatura em Letras – Português	PRISE	01	Visual
	Pedagogia	PRISE	01	Auditiva
2010	Não houve candidatos com necessidades educacionais especiais aprovados na Capital			

Na atualidade, vivenciamos um momento de inclusão, cuja diretriz é a valorização da vida de pessoas que sofrem os efeitos de deficiência permanente, em que a deficiência começou a ser vista não apenas como algo característico da natureza da pessoa que a possui, mas como um estado que pode ocorrer com qualquer um. (AUDI e MANZINI, 2007, p. 53)

Três dos participantes (A1, A2 e A3) tiveram, por um determinado tempo, suas funções sensoriais “normais”. Em seguida, necessitaram aprender e reaprender a lidar com suas deficiências, e lutar para enfrentar a nova realidade que lhes surgia.

Antes do ingresso no ensino superior, todos estudaram em escolas públicas na educação básica, o que segundo eles foi uma experiência também dolorosa e difícil, pois não é fácil se deparar uma sociedade que não está preparada para lidar com a diferença, a falta de capacitação de forma geral da sociedade para acolher pessoas com necessidades especiais.

Os informantes ressaltaram, segundo sua opinião, o excelente atendimento que tiveram na UEPA, desde a fase de inscrição até a realização do processo seletivo. Frisaram que, na primeira vez, receberam todo o atendimento necessário como ampliação da prova para a fonte solicitada, local adequada para realização da prova. Contudo, não obtiveram êxito por não estarem preparados intelectualmente para as provas, pois, com o cumprimento do que foi solicitado por eles para adequação das provas, conseguiram realizá-las como os outros candidatos.

Segundo Mazzoni (2001, p. 16), incluir uma pessoa com necessidades especiais nas instituições de ensino regulares significa proporcionar para todos os discentes a aprendizado de conviver com a diversidade, sem tentar anulá-la. Pois, não é possível apagar as diferenças. Sabemos que a inclusão imaginada e idealizada, ainda, não é a mesma que se observa na prática. Contudo, isso não é um problema insolúvel.

No entanto o indivíduo que possui qualquer tipo de deficiência necessita de serviços sociais que envolvem diversos setores da sociedade como: atendimento médico, pedagógico e social especializados, que farão com que haja uma reabilitação e integração plena destes indivíduos na sociedade.

Todavia, hoje em dia é muito ressaltado como seria dada a educação para um portador de necessidades especiais dentro da rede regular de ensino, sem mencionar que primeiramente, a instituição de ensino precisa se adequar as condições do educando, sendo que essas adequações não devem ocorrer somente na parte pedagógica da escola, mas também em relação aos seus aspectos estruturais, para que inicialmente esse indivíduo possa ter acessibilidade ao local, garantindo assim também a sua permanência. O grande desafio ainda é fazer com que essa inclusão seja efetiva e o aluno tenha o seu direito de aprendizagem atendido.

O processo de inclusão no ensino superior não termina com a aprovação desses candidatos no vestibular. Devemos lembrar que eles terão que permanecer por, pelo menos, quatro anos, no mínimo, até conseguirem a diplomação. Esse período inicia com a matrícula e a recepção dos calouros.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), *“aqueles que possuem necessidades especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades”*. Isso dá início ao processo de inclusão no qual os as pessoas com necessidades especiais passam a ter direito ao ingresso às instituições de ensino normais.

A pesquisa revelou que, na visão dos discentes, apesar de todo esforço e boa vontade dos docentes, estes não foram preparados para lidar com alunos com deficiência, não que isso os torne incapazes de aprender; mas, necessitam, muitas vezes, de adaptações de material ou de metodologia.

A inclusão de alunos com necessidade especiais na rede de ensino ainda traz polêmica. Discutir esse tema com docentes que já estão há bastante tempo no exercício da função é desconstruir idéias, mexer com preconceito enraizados, além de expor inseguranças e medos. É, na verdade, tirar o professor do “lugar seguro” e colocá-lo para buscar o que não está, ainda, construído, mas encontra-se em processo de construção. É um desafio no mais profundo significado da palavra.

Constatamos, em quase todas as falas, o reconhecimento da falta de qualificação para enfrentar essa nova realidade. Isso, segundo Mantoan (2001, p. 37), serve de subterfúgio para ser um obstáculo para o processo de aprendizagem de alunos NEE's. Na realidade, o não “estar preparado” é utilizado como justificativa, por alguns docentes, para não querer se trabalhar com esses alunos em sala de aula. Essas atitudes apenas refletem marcas da educação especial no Brasil, marcada por comportamentos sociais de negligência ou maus tratos, em certos momentos, e por filantropia e proteção em outros.

Muitos docentes no ensino superior devem se questionar sobre como esses alunos chegam à universidade? Será que os professores do ensino básico e médio estão preparados para ensinar crianças e adolescentes com necessidades especiais? Ou será que esses alunos apenas foram “passando de série em série” sem as devidas condições?

A inclusão no âmbito educacional implica reorganizar profundamente a instituição de ensino. Não basta apenas garantir a convivência em uma mesma sala de aula, em um mesmo espaço para evitarmos a exclusão, e assim acreditarmos que garantiremos um ensino de qualidade. É importante para efetivação desse processo a sensibilização e conscientização do corpo docente. Também, não podemos crer que basta capacitar o docente para que essa inclusão ocorra de fato.

A discussão sobre os PNEs não é se a integração social é uma proposta viável ou não, pois só a história dirá, mas sim qual o tipo de postura e atuação que os profissionais da educação especial e da educação em geral, deverão ter para possibilitar um leque maior de oportunidades afetivas e existenciais para esses alunos. (GLAT, 1998, p. 18)

O processo de inclusão exige adequações desde o cotidiano da sala de aula, da metodologia utilizada para transmitir conteúdos, além é claro da forma de avaliar como também no âmbito das relações entre colegas, docentes e técnicos.

O professor, no conjunto do sistema educacional, é peça fundamental. A preparação do docente não pode ser apenas limitada no método a ser utilizado com esse aluno, mas preparar o professor para contribuir na permanência com sucesso do aluno, e orientá-lo sobre sua expectativa quanto ao aluno NEE. O docente precisa exercer seu papel com competência, domínio de conteúdos, conhecimento de como se estrutura as relações entre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, seu trabalho não terá a eficácia esperada. É primordial que o professor tente conhecer o aluno, seus interesses, peculiaridades e, assim, motivá-lo

a construir ativamente o saber, de forma intelectual autônoma, visão crítica e cooperativa. (MAZZOTA, 2001, p. 52)

Conhecer os diferentes tipos de necessidades especiais que os discentes venham a apresentar é essencial para a formação do professor, pois assim o docente poderá analisar melhor e modificar (quando necessário) os métodos pedagógicos usados em sala de aula, desde a metodologia para exposição da aula até a adequação de material para a aprendizagem do aluno.

A Universidade do Estado do Pará conta atualmente com técnicos especialistas, que fazem parte da Coordenação de Apoio e Orientação Acadêmica, no atendimento de deficientes visuais e intérpretes de língua brasileira de sinais – LIBRAS para atender aos alunos que hoje compõem seu quadro discente.

O processo de inclusão, na UEPA, inicia na inscrição ao processo seletivo, quando o candidato com necessidades especiais precisa de um atendimento diferenciado para realizar as provas com condições adequadas a cada um deles. Pois, conforme a Declaração de Salamanca (1994), “aqueles que possuem necessidades especiais devem ter acesso à escola normal, ...capaz de atender as suas necessidades.”.

A Universidade do Estado do Pará busca, por meio de seu corpo técnico, respeitar as diferenças, motivar o potencial de cada aluno, capacitar seu corpo docente e encontrar formas de retirar os obstáculos que possam impedir que aprendizagem desses alunos se realize, afinal, todos têm direito à educação.

Não podemos negar a importância da lei no processo de inclusão, contudo, ela deve andar lado a lado com outras medidas, como reformas educacionais, no intuito de estabelecer uma estrutura adequada para receber esses alunos e, dessa forma, efetivar a inclusão em atos.

O ingresso na universidade para pessoas com necessidades educacionais especiais significa enfrentar uma série de dificuldades para dar continuidade aos seus estudos. Além disso, é necessário uma política institucional que permita

identificar suas necessidades educativas e preparar os docentes para atender a esses alunos. Para essa finalidade, o CAOP orienta os docentes quanto ao encaminhamento metodológico para propiciar, principalmente, aos alunos NEE's uma aprendizagem consistente para seu processo de formação como sujeito social e profissional.

O CAOP atende, ainda, os alunos no sentido de mediar a relação professor-aluno a fim de orientá-los nos procedimentos para terem bom desempenho acadêmico, visto que esses alunos necessitam de estratégias pedagógicas diferentes, possibilitando o acesso ao conhecimento intelectual e social, e desenvolvam habilidades pertinentes a sua área de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, atualmente, não se deve questionar se a escola, em todos os seus níveis de ensino – da educação infantil ao ensino superior, deve ou não aceitar o ingresso de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, econômicas, religiosas, étnicas, etc., visto ser esse um direito garantido constitucionalmente. Contudo, as instituições de ensino, principalmente, no caso do presente estudo, as instituições de ensino superior, os docentes e os técnicos precisam além de uma postura política de aceitação e compreensão das diferenças, de conhecimentos técnicos e métodos para trabalhar adequadamente com aquelas referentes às necessidades educacionais especiais oriundas de problemas e dificuldades de aprendizagem, de deficiências físicas, sensoriais, mentais, de altas habilidades, de condutas típicas ou outras. Além de procurar dar todas as condições de acessibilidade relacionadas à infra-estrutura.

Ainda, pode pairar uma dúvida se o mesmo sistema social e educacional que, ao longo da história, exclui os sujeitos que apresentam necessidades especiais e estavam relegados a instituições de educação especial, possa agora incluí-los no sistema dito “regular de ensino”, considerando o “incluir” como presença e plena participação de cada um de acordo com suas características e limitações.

As reformas na legislação não foram, ainda, suficientes para garantir total acessibilidade aos bens e serviços disponíveis na sociedade a todos os cidadãos. Mudam-se leis, códigos e símbolos, os contextos urbanos são reconstruídos e remodelados, porém os rótulos de inferioridade e incapacidade dados aos nomeados e tidos como “anormais” estão enraizados, o que nos leva a olhar para eles buscando aquilo que lhes falta para serem como “nós” – os “normais”. Legalmente, todos os cidadãos devem ter garantido seus acessos ao que a sociedade oferece e suas diferenças devem ser respeitadas e aceitas. Entretanto, enquanto não mudarem completamente as representações, símbolos, identidades e classificações que damos aos outros, as mudanças na lei podem, por si só, produzir uma “inclusão excludente”, todos são incluídos por força da lei; mas dentro são excluídos.

A implementação de políticas de inclusão deve estar pautada em estudos, análises, discussões e problematizações acerca *do que e porque* nos “incomoda” em relação ao que consideramos “fora da normalidade”. Analisar e problematizar os discursos e representações nos possibilita ver que os conceitos de normalidade instituídos pela sociedade foram inventados segundo contextos e momentos históricos específicos, os quais, portanto, podem ser reinventados e resignificados, conforme estabelecemos e instituímos outros saberes e verdades.

Um dos maiores desafios da educação tem sido o de colocar em prática o princípio da inclusão e, conseqüentemente, reconhecer a necessidade e o direito das pessoas com necessidades especiais serem aceitas nas instituições de ensino regulares. O obstáculo do ingresso e da permanência em uma instituição de ensino, seja de Educação Básica ou Superior, é o primeiro a ser enfrentado. Por isso, a IES possui papel fundamental nesse processo de inclusão e integração de estudantes com necessidades educacionais especiais a fim de que eles desenvolvam maior autonomia como discentes, mas, especialmente, como pessoas e cidadãos.

Baseados em nosso estudo, percebemos bem definidos os objetivos institucionais da Universidade do Estado do Pará relativos a uma prática educativa inclusiva que permeia sua história e suas políticas atuais, assim como percebemos

que nela ocorre um processo de mudanças em andamento. Verificamos que, para desenvolver esse processo e balizada no entendimento de que a inclusão educacional faz parte da inclusão social, a UEPA assumiu o compromisso de trabalhar para que as desigualdades sociais não sejam replicadas. Suas ações no ensino, na pesquisa, na extensão revelam e comprovam sua visão de que a educação é um direito social e não somente um serviço a ser oferecido. Para exemplificar essa visão podemos citar:

- o ingresso de alunos com NEEs nos cursos oferecidos e o esforço de mantê-los nos cursos com sucesso;

- a instituição de uma turma de Graduação em LIBRAS.

- a oferta de programas e projetos que atendam às demandas sociais.

A UEPA, com essas ações e escolhas, deixa evidente seu entendimento concernente à importância de, primeiramente, remover as barreiras atitudinais, como de acesso ao conhecimento, à convivência com e entre os “diferentes”, e, em seguida, remover as barreiras de infra-estrutura.

Partimos do princípio que é fundamental e essencial ouvir os próprios alunos que apresentam necessidades educacionais especiais como forma de entender e aprender com eles o que de melhor pode ser realizado em termo de políticas públicas em uma IES para atendê-los. Assim como ouvir os profissionais envolvidos nesse processo de inclusão, a fim de conhecer o que pode e precisa ser feito para melhor capacitá-los para essa nova realidade vivenciada na IES.

As políticas públicas de ações afirmativas estabelecidas pelo governos sejam federal, estadual ou municipal tentam erradicar desigualdades sociais, econômicas, de gênero, dentre outras, assim como garantir a igualdade de tratamento e de oportunidade a todos.

Reconhecemos o esforço e empenho realizado pela UEPA no intuito de implementar sua política e suas ações afirmativas voltadas para a inclusão

acadêmica e social, contribuindo para tornar realidade o que apregoam as políticas públicas em relação ao acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

A inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais ainda é um desafio para a universidade pública brasileira, e experiências como a da UEPA já demonstram que esse desafio começa a ser superado em nosso país.

Ressaltamos nossa afirmação anterior que somente os aparatos legais não garantem a inserção de alunos com NEEs nas universidades, pois eles precisam ser apoiados e amparados por políticas públicas de educação as quais contribuam para que o espaço da academia se torne realmente inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, E.M.M. e MANZINI, E.J. **Avaliação da acessibilidade em escolas de ensino fundamental**: descrição da metodologia para elaboração de protocolo. Arqtextos 081, Texto Especial 405, portal Vitruvius, 2007 Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp405.asp>. Acessado em: 06 jan. 2010.

BRASIL, Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes**

Comuns da Rede Regular. Ministério Público Federal: 2ª ed. rev. e atualiz. . Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 7853-89 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o concurso vestibular. Brasília, 1989.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Ministério da Educação Brasília: Inep, de 05 de dezembro de 2001

CARVALHO, Caroline Nazaré da Silva, MORAES, Marcileide de Fátima Paes. **O processo de inclusão de crianças especiais.** TCC. Belém, Pará, UNAMA, 2002. 99 p.

ENGERS, Maria Emília Amaral. **A epistemologia da prática reflexiva e a teoria do tato.**In WERLE, Flávia Obino; CASTRO, Marta Luz Sisson de. **Educação comparada na perspectiva da globalização e autonomia.** São Leopoldo: Unisinos, 2000, 110p

FERREIRA, J.R. **A Nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais.** Mimeo. São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; PLETSCH M.D. **O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva.** Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, a.10, n.29, p. 3-8, 2004.

MACEBO, Denise. **“Universidade para Todos”: a privatização em questão.** Campinas, São Paulo:Unicamp. 2004, 99 p.

MANTOAN, Maria T. E. **Ensino inclusivo - Educação de qualidade para todos.** Revista Integração, Brasília, n. 20, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **Abrindo as Escolas às Diferenças** In MANTOAN, Maria Teresa Eglér MACHADO, Nilson J. et al. **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade.** São Paulo: Ed. Moderna, 2001. (Série Escola e Democracia)

MASETTO, M. T. **Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente.** In: _____. (Org.). **Docência na Universidade.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998. p. 9-26.

MAZZONI, Alberto Angel e TORRES, Elisabeth Fátima. **A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno.** Benjamin Constant, ano 11, Nº 30, p. 1017, 2001. Editada por Instituto Benjamin Constant / Ministério da Educação.

MAZZONI, Alberto Angel, TORRES, Elisabeth Fátima, ANDRADE, José Marcos Bastos. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior.** IN: Revista Act Scientiarum, Maringá, 2001.

MAZZOTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MITTLER, Peter. **Da exclusão à inclusão.** In: Peter Mittler. **Educação Inclusiva: contextos sociais;** trad. Windyaz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23-37.

PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática.** In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, no. 36, 2006: 85-104.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação Superior no Brasil**. In: Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, Especial – outubro, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMSAN, Jacques. **O Financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatorios/educacao – acessado em outubro de 2010.

STAINBACK, Willian e STAINBACK, Susan. Tradução: Magda França Lopes. **Inclusão. Um guia para educadores**. Editora Artmed. Porto Alegre, 1999.

STEINER, João E. **Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior**, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatorios/educacao – acessado em outubro de 2010.

STOBÄUS, Claus Dieter e MOSQUERA, Juan José Mouriño (Orgs.). **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

